

Odair Barros Varela



Odair Bartolomeu Barros Lopes Varela:

Professor Auxiliar e investigador na Universidade Pública de Cabo Verde [Uni-CV]; também desempenha as funções de Professor Convidado no Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais [ISCJS]. É Licenciado em Relações Internacionais, Mestre e Doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais (CES) e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC); e tem um Pós-doutoramento em Ciência Política na Faculdade de Direito e Ciência Política da *Université du Québec à Montreal* (UQAM-Canadá). É Presidente e investigador do Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos (CeProK), com sede na Praia (Cabo Verde); é investigador associado do Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento Internacional e Sociedade (CIRDIS) da UQAM-Canadá; Investigador Integrado do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA-Portugal); e Investigador Associado do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA-Senegal). É membro do Conselho de Política Científica da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa (AICSHLP); e membro fundador da Academia de Ciências e Humanidades de Cabo Verde (ACH-CV). Conta com várias publicações em livros e revistas nacionais e internacionais e participação em conferências nacionais e internacionais, principalmente sobre os seguintes temas: Pós-Colonialismos em África; Poder e Conhecimento; Participação Local na Justiça; Estado Moderno em África e Governança Estatal; Migrações Internacionais.

MESTIÇAGEM JURÍDICA?

O Estado e a participação local na Justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial

Odair Bartolomeu Barros Lopes Varela
MESTIÇAGEM JURÍDICA?

O Estado e a participação local na Justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial

Mediante a utilização de ferramentas epistemológicas conferidas por áreas científicas como a Sociologia do Direito, a Sociologia Política, os Estudos Pós-coloniais, a História e Antropologia, este livro tem por objetivo fundamental a análise pós-colonial do papel do Estado cabo-verdiano no que tange à participação local na justiça. Esse desiderato implicou o estudo da especificidade do Estado moderno nesse país a partir da intercessão colonial portuguesa, visando expor as continuidades ou presenças, as ruturas, (des)continuidades ou transformações das características político-jurídicas coloniais no período após a independência.

A partir de 1975, o propósito do Estado cabo-verdiano – semelhante ao de outros países africanos de língua oficial portuguesa – de criar um Novo Sistema de Justiça e um «Direito Novo» que integrasse tanto o direito revolucionário e o direito colonial herdado como os usos e costumes jurídicos ancestrais (direito tradicional), configurou no horizonte a emergência de uma *mestiçagem jurídica emancipadora*. Todavia, a prática de não inclusão dos referidos usos e costumes resulta não só no insucesso desse cenário, como no aparecimento momentâneo de uma mestiçagem jurídica hegemónica e excludente constituída pelo direito colonial e pelo direito revolucionário. Além do mais, na mesma altura, o direito colonial desencadeou uma contrarrevolução – protagonizada por elementos da classe jurídica procedentes do período colonial – que acabou por desterrar o direito revolucionário para as orlas do sistema jurídico estatal, representado apenas pelos Tribunais de Zona (tribunais populares) criados oficialmente em 1975. Com a mutação do regime político em 1991, a contrarrevolução jurídica emerge triunfante e o pluralismo jurídico estatal dá lugar ao monismo oficial, inspirada no direito colonial, até agora vigorante.

O não preenchimento do vazio deixado com a extinção dos Tribunais de Zona em 1991 e o não reconhecimento de outras formas de aplicação da justiça e de direito, levam a que, neste trabalho, se revise os conceitos de «direito local» e de «justiça local», no sentido de cultivar os seus conteúdos potencialmente emancipatórios e contra-hegemónicos, procurando, assim, concorrer para emergência e legitimação da pluralidade jurídica do país, embora não reconhecida oficialmente, almejando que isso se traduza, de forma geral, num aumento da democratização da justiça cabo-verdiana, fazendo face aos atuais efeitos negativos da crescente globalização hegemónica do princípio do Estado de Direito.